

José Valderir Rabelo Filho

Mestre em História Social pela UFF

Professor do Curso de História da FECLESC/UECE.

Resumo

Nesta ocasião apresentamos uma discussão sobre o cenário político cearense nos instantes imediatos após o golpe civil e militar de 31 de março de 1964. Interessa-nos perceber as acomodações e disputas tramadas por políticos profissionais no contexto do estado autoritário, e compreender as relações de forças que se somaram para a legitimação e perpetuação da ditadura.

Palavras-chave: história política; estado autoritário; direitas.

Résumé

Cette fois, nous présentons une discussion sur la scène politique en Ceará moments immédiats après du coup d'Etat civil et militaire le 31 Mars 1964. Nous intéressons réalisons hébergement et litiges concoctés par les politiciens professionnels dans le cadre de l'État autoritaire, et de comprendre les rapports de force qui s'établit à légitimer et perpétuer la dictature.

Mots-clés: histoire politique; État autoritaire; droits.

O golpe de Estado de 31 de março de 1964 encorajou grupos e atores sociais a manifestarem-se de forma renhida contra adversários e desafetos. A “operação limpeza” iniciada imediatamente após o golpe fez surgir uma verdadeira onda persecutória, protagonizada ora por militares contra civis, ora por civis contra militares.

Ao longo das páginas que se seguem acessamos as posições assumidas pelas classes políticas cearenses frente às conspirações que culminaram com a deposição de João Goulart, bem como, nos dedicamos a pensar o protagonismo de certos grupos no apoio ao estado autoritário que se constituiu, num crescendo, após 31 de março.

“Porta-vozes” da “revolução” na mira de tramas golpistas

Junho de 1964. Na Assembleia Legislativa do Ceará, o deputado Francisco Diógenes Nogueira (PSD) tramou com vistas a pedir a cassação do mandato do coronel Virgílio Távora, então governador do Estado. Para tanto, o mesmo contou com a colaboração do major Egmont Bastos Gonçalves, do 10º Grupo de Obuses (GO), na capital cearense. Filho do ex-deputado estadual Joaquim Bastos, Egmont herdara o desafeto pela família Távora, e, nos instantes posteriores ao golpe contra João Goulart, visualizou favoráveis condições para destituir Virgílio do executivo cearense.

A respeito de Virgílio, alegou-se que o mesmo mantinha relações com grupos esquerdistas no Estado, que era amigo íntimo de João Goulart e que, por isso, mantivera-se desde sempre contrário à sua deposição. Da mesma investida, se fez alvo o *ibadiano* e deputado estadual Aécio de Borba Vasconcelos¹ – braço direito do governador –, acusado de enriquecimento ilícito e acobertamento de comunistas. Erro *crasso*.

As acomodações de trabalhistas e o diálogo com algumas lideranças da esquerda menos radical cearense, promovidas ao longo do primeiro ano de governo, deviam-se aos acordos traçados quando da formalização da *União pelo Ceará*.² Ademais, no campo das esquerdas se encontravam alguns intelectuais que por suas habilidades técnicas, a exemplo

¹ Agropecuarista, industrial, jornalista, radialista, professor e empresário. Entre 1959 e 1962 foi vice-prefeito de Fortaleza, e entre 1963 e 1967, foi deputado estadual no Ceará. Desde 1979, Aécio de Borba ocupa o posto de Presidente da Confederação Brasileira de Futebol de Salão (CBFS). O mesmo é filho de José de Borba Vasconcelos, professor da Faculdade de Direito do Ceará, e amigo de Fernandes Távora, pai de Virgílio.

² Cf. Critérios adotados pelos partidos integrantes da *União pelo Ceará* para a distribuição das disposições estaduais nos municípios. *Acervo Virgílio Távora. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE. O documento apresenta os planos gerais do acordo da coligação para a distribuição de cargos e postos de comando em todo o estado do Ceará, seja na capital seja mesmo no interior do estado.

de Luiza Teodoro Vieira, interessaram à composição do secretariado do governo, e, por isso, foram nomeadas.

Por influências de Luiza Teodoro à frente da Secretaria de Educação, ainda no primeiro ano de gestão de Virgílio, o governo cearense formalizou parceria com vistas ao uso do método Paulo Freire na capital e no interior cearense.³ Os termos do acordo, protocolado com a Universidade de Pernambuco previu, dentre outros aspectos, a produção de materiais didáticos e a alfabetização de jovens e adultos.

O método, por ser fundamentalmente voltado para a educação popular, era rotineiramente categorizado como “perigoso”, de orientação “comunista”, ainda que, na prática, fosse utilizado por setores conservadores da Igreja católica cearense como vetor formador nos Movimentos de Educação de Base (MEB’s).

Virgílio Távora nomeara e se conveniava com grupos tidos como de esquerda, mas, por outro lado, arregimentara capital financeiro para a execução de projetos e parcerias por meio de acordos formalizados com a USAID. Os recursos provindos da agência norte-americana permitiam a execução dos projetos de formação de jovens e adultos, e, principalmente, a formação de quadros técnicos a fim de impulsionar a industrialização do Ceará. De forma complementar, pretendendo estimular outros setores, Virgílio captou vultosas quantias em dinheiro com a *Aliança para o Progresso*, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Conhecendo a doutrina militar norte-americana, Virgílio Távora compreendia que modernizar era a melhor estratégia para conter os ímpetus revolucionários e o avanço do comunismo no Nordeste brasileiro. Por isso, acreditava que a modernização deveria ir além do progresso econômico e tecnológico. Entendia, nesta medida, que era preciso formar, inculcar valores e promover efeitos multiplicadores, por isso sua dedicação na promoção de novos projetos para o Ceará.

De acordo com o economista e sociólogo José Sydrião de Alencar Júnior,

Virgílio, ao assumir o governo, viajou aos Estados Unidos para negociar recursos junto à *Aliança para o Progresso*, tendo sido um dos primeiros governadores do Brasil a fazer convênios com esse programa de ajuda para os países da América Latina, criado pelos Estados Unidos

³ Para um debate mais aprofundado sobre as relações políticas mantidas entre Virgílio Távora e as esquerdas cearenses, ver: ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. *Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE, 2006.

para contrapor a influência esquerdista depois da vitória da Revolução Cubana. (...). Virgílio era um desses governadores amigos para os Estados Unidos. ⁴

Vale destacar ainda que o governador promotor do diálogo com grupos tidos como de esquerda, e se propunha a promover a formação de jovens e adultos a partir do método Paulo Freire, era o mesmo que requisitava a intelectuais reconhecidamente conservadores e com dedicada atuação anticomunista, a exemplo de Eduardo Campos, que revisassem os materiais produzidos pela Secretaria de Educação do Estado. Como revisor e conselheiro político-educacional, Eduardo Campos – que então dirigia os Diários Associados e presidia a Academia Cearense de Letras (ACL) – cumpria o papel de censor, a reclamar a Virgílio Távora os “problemas” de teor político em tais e tais páginas dos instrumentos didáticos. Em parecer encaminhado ao governador em 15 de maio de 1964, o mesmo destacou:

À pag. 9 está dito que o “cristão não é um conformado. O cristão é o primeiro a lutar pelas reformas”, – o grifo é do subscritor desta – “quando elas vêm trazer algo melhor para os outros”. Quem diz “pelas reformas”, e não por reformas, dá a impressão de aludir às chamadas reformas de base. (...) o que me parece mesmo imperdoável no livro em apreço é a falta de uma mensagem democrática. ⁵

Não atentos às dobras identitárias do governador Virgílio Távora, e mesmo ao perfil da grade de acordos formalizados pela *União*, o deputado estadual Diógenes Nogueira e o comandante Egmont Bastos acionaram o general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, sediado no Recife. Por telefone, conversaram sobre o quadro de servidores que ocupavam pastas importantes no governo estadual, os quais, asseveravam, eram identificados com as esquerdas.

A trama local contra o seu governo, Virgílio já conhecia, e isso em nada o preocupava. Em 20 de junho daquele ano, contudo, pouco antes de recepcionar o marechal Castelo Branco em sua primeira visita oficial à terra natal, um telegrama com o carimbo “urgente” chamou-lhe a atenção. O documento vinha de Recife, assinado pelo comandante do IV Exército. Em papel simples, porém ainda assim com o destaque para o “MINISTÉRIO DA GUERRA”, Justino Bastos solicitava ao governador cearense o afastamento imediato de tais e tais servidores. De acordo com o comandante, tratavam-se de

⁴ *Ibidem*, p. 124.

⁵ *Carta*. (De: Eduardo Campos. Para: Exmo. Sr. Cel. Virgílio Távora). Fortaleza, CE, 15 de maio de 1964. Vale destacar que o documento foi produzido em papel timbrado dos Diários Associados. *Acervo Virgílio Távora. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

peças “cujos antecedentes [pareciam] incompatíveis com as funções em que se encontra[vam]”.⁶ Insistindo na importância da execução de tal medida para a legitimação do “processo revolucionário” em terras cearenses, o comandante encerrava o breve texto afirmando que, pela “solidariedade” concedida pelo governador à “gloriosa Revolução”, acreditava poder contar com o atendimento imediato do pedido.

Fiel à “revolução” e à disciplina militar⁷, Virgílio Távora era fiel também à *União*, aos correligionários que lhe acompanhavam desde o início dos anos 1960 e que se propuseram a negociar com as esquerdas com vistas a conter, do alto, a “esquerdização” radical no Estado. Visualizando certa esquizofrenia em tudo aquilo, deixou o documento de lado e saiu para acompanhar os últimos detalhes da visita do Chefe de Estado, afinal, dentro em breve ofereceria um banquete com “almoço íntimo” para o marechal e sua comitiva.

Passados alguns dias, como não recebeu retorno do governador, e, por telefone, soube que tudo permanecia como antes, o comandante Justino começou a por em curso ações com vistas à abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) contra Virgílio. Para tanto, contou com setores minoritários da Assembleia Legislativa do Estado, liderados por Diógenes Nogueira, e o consentimento do major Egmont Bastos do GO.

Dali a pouco, o comandante do IV Exército entrou em contato com o vice-governador de Virgílio, e lhe participou o plano. Fez isso com o propósito de poder contar com a sua colaboração para o desfecho da trama. Novo erro. Joaquim Figueiredo Correa, *pessedista*, amigo de Virgílio e cordial às relações mantidas com a coligação que fizera dele vice-governador, logo compartilhou a proposta que recebera.

A partir daí, percebendo a gravidade dos planos golpistas articulados por seus opositores, também nos bastidores, Távora começou a se mobilizar. Frente ao quadro que

⁶ Para este caso ver: Ministério da Guerra/ IV Exército/ Comando. Gal. Joaquim Justino Alves Bastos. Recife, PE, 20 de junho de 1964. Série: Câmara Federal; Subsérie: Correspondência expedida e recebida; Data: 1961-1969. *Acervo Virgílio Távora. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEEC)*, Fortaleza, CE.

⁷ Em 1930, Virgílio Távora ingressou, em regime de internato, no Colégio Militar de Fortaleza. Em 1936, já no Rio de Janeiro, ingressou na Escola Militar de Realengo. Dado o seu destaque como melhor aluno da turma, em 1938, recebeu espada das mãos do presidente Getúlio Vargas, e foi declarado segundo-tenente da Arma de Engenharia. Em 1942, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) sendo promovido a capitão. Em 1944, ingressou na Escola de Estado-Maior do Exército, tornando-se, posteriormente, professor da EsAO. Em 1953, deu início a uma nova fase de formação, agora, na Escola Superior de Guerra (ESG). Em 1954, foi promovido a tenente-coronel. Em 1959, com o propósito de dar prosseguimento à carreira política no Ceará, requisitou a passagem para a reserva. Ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960, Virgílio Távora participou ativamente das reuniões promovidas pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Tal entidade teve fundamental importância para a formação de acordos entre civis e militares para a deflagração do golpe de 1964 contra João Goulart. Para tais questões ver: ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. *Op. Cit.*, 2006.

lhe foi descrito por Figueiredo Correa, não considerou prudente desfazer os nós da conspiração por telefone.

Acompanhado de Luiza Távora, sua esposa, viajou para o Rio de Janeiro a fim de tratar pessoalmente com Juarez Távora, seu tio, e então Ministro da Viação e Obras Públicas do governo castelista.

Ao longo do encontro, o governador cearense disse não compreender ao certo o que estava se passando, haja vista ter mantido entendimentos com o próprio comandante do IV Exército quando dos momentos que dispararam o golpe contra Goulart. Ainda, disse ter sido um dos principais articuladores no Nordeste a convocar governadores da região a proclamarem apoio às ações “revolucionárias”, posicionando-se, nesta medida, favorável à legitimação do Estado inaugurado com a “intervenção” de fins de março, e à nomeação de Castelo Branco para a presidência.⁸ Disse que quando solicitado pelo Secretário do Conselho de Segurança Nacional, general Ernesto Geisel, tomou providências para: aposentar compulsoriamente servidor estadual que tivera “suspenso os direitos políticos por ato do Comando Revolucionário”; que solicitara o “afastamento compulsório de servidores que estavam respondendo a processos sumários”; e que tinha, da mesma forma, determinado o “fechamento, em face de decisão da mesma Comissão Central [de Execução do Ato Institucional], do Centro dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Ceará”.⁹

Em conversa demorada, Virgílio Távora relatou ao seu tio, ainda, que Nertan Macedo de Alcântara, chefe de imprensa do seu governo, havia tratado pessoalmente com Golbery do Couto e Silva, e que o general havia confessado ao chefe de imprensa saber “da posição de lealdade dele ao movimento revolucionário”.¹⁰ O governador cearense ordenava o discurso de modo a se posicionar categoricamente ao lado “Comando Revolucionário”,

⁸ Para este caso ver carta em apoio ao exercício de autoridade atribuído a Humberto de Alencar Castelo Branco como “chefe revolucionário”, e ao Ato Institucional nº 1. Ainda, registra-se o indicativo de colaboração dos governos estaduais para a plena realização dos propósitos “revolucionários”, e a clara indicação das disposições dos representantes estaduais em intervir nos sindicatos e organizações classistas. O documento registra consenso firmado entre os governadores Newton Melo (Maranhão), Petrônio Portela (Piauí), Virgílio Távora (Ceará), Aluizio Alves (Rio Grande do Norte), Pedro Gondim (Paraíba), Luiz Cavalcante (Alagoas), Celso Carvalho (Sergipe), Lomanto Júnior (Bahia) e Paulo Guerra (Pernambuco). Recife, 09 de abril de 1964. Série: Câmara Federal; Subsérie: Correspondência expedida e recebida; Data: 1961-1969. *Acervo Virgílio Távora. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

⁹ Para este caso ver: *Carta*. (De: Virgílio Távora – Governador do Estado do Ceará. Para: General Ernesto Geisel – Secretário do Conselho de Segurança Nacional). Fortaleza, CE, 09 de junho de 1964. *Acervo Virgílio Távora. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

¹⁰ *Carta*. (De: Nertan. Para: Meu caro governador Virgílio Távora). Rio de Janeiro, RJ, 05 de junho de 1964. *Acervo Virgílio Távora. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

fato já de conhecimento de Juarez Távora e de outras lideranças civis e militares que protagonizaram o golpe contra João Goulart.

Como articulador do golpe, e um dos homens de confiança do marechal Castelo Branco, Juarez Távora imediatamente interveio em favor do sobrinho. A respeito da trama oposicionista contra Virgílio, tratou pessoalmente com o presidente a fim de desfazer os maus entendidos. Nesta medida, apresentou ao marechal-presidente os propósitos escusos do deputado cearense e dos comandantes do 10º GO e do IV Exército. Entre outras questões, Juarez Távora justificou desafeição, ressaltou os desentendimentos entre sua família e os Bastos, e reafirmou o apoio e a importância incontestável de Virgílio para o equilíbrio das forças políticas cearenses em apoio à “revolução vitoriosa”.

Como resultado, a trama golpista articulada contra Virgílio, não deu em nada. Em igual estágio ficaram as denúncias que pesaram contra Aécio de Borba, homem de confiança do governador cearense, e líder local do Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Assim, toda a trama golpista que se desenrolou nos bastidores do poder, foi alinhavada e dissolvida nas cúpulas.

Enquanto as conspirações ocorriam nos gabinetes, nas ruas, diversos grupos continuavam a declarar adesão à “revolução”, crenças de que o novo contexto político, com um Estado forte e “higienizado”, abria novos campos de possibilidades para a região nordestina e para o povo cearense, em especial. Afinal, de uma só vez, dois filhos da terra ascenderam a postos importantes do alto comando “revolucionário”: Humberto de Alencar Castelo Branco e Juarez do Nascimento Fernandes Távora. O primeiro natural de Fortaleza, capital cearense. O segundo de Jaguaribe, região sul do Estado. Acreditava-se, um e outro fariam pela terra natal.

Extinção dos partidos políticos e novas formas de apoio ao Estado autoritário

O resultado das eleições de outubro de 1965 para governo de alguns estados deu forma a uma nova onda autoritária. Em alguns casos, a exemplo de Minas Gerais e Guanabara, os candidatos apoiados pelos grupos que depuseram João Goulart e instituíram novo regime político não foram alçados aos postos de poder executivo estadual. A partir daí, a reação dos grupos golpistas não se fez esperar... A extinção dos partidos políticos em exercício desde 1945 se colocou como determinante para a defesa dos propósitos

“revolucionários”, os quais, supostamente, se viram ameaçados pela candidatura de atores políticos afinados com a agenda nacional-reformista.¹¹

Muito embora já se falasse em reforma partidária e se tenham iniciado os rumores sobre a extinção dos partidos ainda em agosto de 1964, a decretação do AI-2, em 27 de outubro de 1965, inaugurou nova fase do Estado autoritário. A verticalização da agenda autoritária, gerada com a extinção das agremiações partidárias, assustou alguns atores com atuação política profissional, mas, por outro lado, abriu novos horizontes de expectativas “revolucionárias” para outros tantos.

Na capital cearense, dois dias após a decretação do novo Ato pelo “Comando Supremo da Revolução”, deputados estaduais se colocaram. Frente à extinção das entidades partidárias, os parlamentares definiram alternativa para se relacionarem com a onda de mudanças que estava em curso no país e que, naquele momento, orientava o reposicionamento das relações de força reordenando o campo de protagonização político-partidária.

Assim, em 29 de outubro, parlamentares provindos de diversos espectros partidários, com trajetórias políticas e formações profissionais diferenciadas, representantes de colégios eleitorais situados em diversas regiões do estado do Ceará, e com enraizamentos em partidos políticos diversos, reuniram-se a fim de se posicionarem a respeito da determinação prevista pelo art. 18 do AI-2, o qual tratava, de forma categórica, da extinção dos partidos.

Ao longo do encontro ouviu-se prolongados discursos proferidos por lideranças *trabalhistas*, *pessedistas*, *udenistas* e outros. Na ocasião, pretendeu-se a demarcação de lugares frente ao novo Ato “revolucionário”. Aécio de Borba Vasconcelos, deputado estadual pelo Partido Social Trabalhista (PST) e líder *ibadiano* no Ceará, discursou e se posicionou como porta-voz do governo *virgilista*.

Após os pronunciamentos se deliberou a redação de documento esclarecendo os propósitos e a tomada de posição da maioria dos parlamentares em exercício ali reunidos. O registro, além de definir o posicionamento daqueles homens políticos no novo cenário nacional, serviu como ato fundador das diretrizes que, a partir de então, passariam a orientar suas ações com a extinção das agremiações partidárias às quais estavam atrelados.

¹¹ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O regime militar e o bipartidarismo. In: *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2º Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Nesta medida, “atendendo à necessidade de natureza parlamentar de se aglutinarem no exercício da ação legislativa visando à efetividade da ordem jurídico-revolucionária”, os parlamentares reunidos naquela data resolveram “constituir-se em bloco parlamentar sob a denominação de União Parlamentar Revolucionária do Ceará” (UPRC). A partir de então, como bloco parlamentar perseguiriam os seguintes objetivos:

- a) apoiar a ordem jurídico-revolucionária; b) apoiar o Governo Federal, representado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco; c) apoiar o Governo Estadual, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, Coronel Virgílio do Nascimento Fernandes Távora; d) tornar público este instrumento ao povo do Ceará, dando-se conhecimento de seu teor às autoridades acima indicadas, bem como ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.¹²

As propostas apresentadas em plenária explicitando tais objetivos e justificando a fundação da UPRC, foram votadas e o documento fundador foi então subscrito pelos votantes.

Ao todo, sessenta e três deputados, entre os quais, cinquenta e um titulares e doze suplentes em exercício ou convocados, aprovaram e por isso assinaram o documento. Representando a quase a totalidade dos parlamentares atuantes na casa legislativa cearense, agiram a despeito de qualquer força manipuladora, para o bem ou para o mal.¹³

Quadro 1 – União Parlamentar Revolucionária do Ceará – UPRC

Partido	Nome	Trajectoria política
UDN	Adauto Bezerra (<i>Titular</i>)	Militar; Dep. Estadual (1959, 63)
	Alfredo Veras Coelho (<i>Suplente</i>)	Agrônomo
	Antonio Afonso Diniz (<i>Titular</i>)	Empresário
	Antonio Barros dos Santos (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1951, 55, 59)
	Antonio Fernando Melo (<i>Suplente</i>)	Odontologista; Prefeito de Ibiapina (1959)
	Aquiles Peres Mota (<i>Suplente</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1955)
	Brasilino de Freitas (<i>Titular</i>)	Aviador; Dep. Estadual (1955, 59, 63)
	Cincinato Furtado Leite (<i>Titular</i>)	Militar; Dep. Estadual (1955, 59, 63)
	Edson da Mota Corrêa (<i>Titular</i>)	Militar; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	Ernani Viana (<i>Titular</i>)	Comerciante

¹² Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. União Parlamentar Revolucionária do Ceará. Fortaleza, CE, 29 de outubro de 1965. *Acervo Virgílio Távora*. Fundo: Governador Virgílio Távora, Série: Organização Política Partidária. Subsérie: ARENA. *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

¹³ Contabilizamos 64 deputados eleitos para a legislatura de 1963 a 1966. Entre os suplentes, conta-se 39. Para este caso ver: *Deputados estaduais: 16ª Legislatura (1963-1966)*. Fortaleza, CE: INESP, 1998.

	Filemon Teles (<i>Titular</i>)	Agropecuaria; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	Gilberto Soares Sampaio (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1959, 63)
	Guilherme Teles Gouveia (<i>Titular</i>)	Contador; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	Jeová Costa Lima (<i>Titular</i>)	Contador; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	João F. Ferreira Gomes (<i>Titular</i>)	Téc. Agrícola; Dep. Estadual (1955, 59, 63)
	José Mário Barbosa (<i>Titular</i>)	Comerciante; Dep. Estadual (1963)
	José Napoleão de Araújo (<i>Titular</i>)	Médico; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	José Peregrino Frota (<i>Titular</i>)	Comerciante; Dep. Estadual (1959, 63)
	Manoel Castro Filho (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	Manoel Rodrigues dos Santos (<i>Titular</i>)	Dep. Estadual (1963)
	Quintílio Teixeira (<i>Titular</i>)	Médico; Dep. Estadual (1951, 59, 63)
	Racine Távora (<i>Suplente</i>)	Advogado
PSD	Almir Santos Pinto (<i>Titular</i>)	Médico; Dep. Estadual (1947, 51, 55, 59, 63)
	Antonio Custódio de Azevedo (<i>Titular</i>)	Médico; Dep. Estadual (1955, 59)
	Antonio Danúcio Barroso (<i>Suplente</i>)	Agrônomo; Dep. Estadual (1951, 55, 59)
	Edisio Meira Tejo (<i>Suplente</i>)	Empresário
	Êsio Pinheiro (<i>Titular</i>)	Agrônomo; Dep. Estadual (1955, 59, 63)
	Francisco Castelo de Castro (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1963)
	Franklin Gondim Chaves (<i>Titular</i>)	Educador; Dep. Estadual (1947, 51, 55, 59, 63)
	Gomes de Freitas (<i>Titular</i>)	Contador; Dep. Estadual (1955, 59, 63)
	Gustavo Augusto Lima (<i>Suplente</i>)	Agrônomo
	Januário Alves Feitosa (<i>Suplente</i>)	Agropecuaria
	Joel Marques (<i>Titular</i>)	Comerciante; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	José Correia Pinto (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1959, 63)
	Murilo Aguiar (<i>Titular</i>)	Comerciante; Dep. Estadual (1959, 63)
	Raimundo Elísio F. Aguiar (<i>Titular</i>)	Comerciante; Dep. Estadual (1951, 55)
	Raimundo Gomes da Silva (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	Samuel Lins Cavalcante (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1955)
Stênio Dantas (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1963)	
PTN	Abelardo Costa Lima (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	Austregésilo Rodrigues (<i>Suplente</i>)	Advogado; Militar
	Esmerino Ferreira Gomes (<i>Suplente</i>)	Agropecuaria; Dep. Estadual (1963)
	Francisco C. Albuquerque (<i>Suplente</i>)	Advogado; Prefeito de Massapê (1959)
	Francisco Jorge de Abreu (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1963)
	Haroldo Martins (<i>Titular</i>)	Agropecuaria; Dep. Estadual (1963)
	Haroldo Sanford (<i>Titular</i>)	Militar; Dep. Estadual (1963)
	Jerônimo Alves de Araújo (<i>Suplente</i>)	Agropecuaria

	Obi Viana Diniz (<i>Titular</i>)	Médico; Dep. Estadual (1963)
PTB	Alceu Vieira Coutinho (<i>Titular</i>)	Agropecuário; Dep. Estadual (1963)
	Erasmo R. de Alencar (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1963)
	Francisco Augusto Sales (<i>Titular</i>)	Agropecuário; Dep. Estadual (1963)
	José Firmo de Aguiar (<i>Titular</i>)	Dep. Estadual (1951, 55, 63)
	José Simões dos Santos (<i>Titular</i>)	Médico; Dep. Estadual (1963)
	Oriel Mota (<i>Titular</i>)	Comerciante; Dep. Estadual (1959, 63)
	Sabino Cavalcante (<i>Titular</i>)	Dep. Estadual (1963)
PRP	Epitácio Quezado Cruz (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1963)
	Irapuan Pinheiro (<i>Titular</i>)	Funcionário Público; Dep. Estadual (1963)
	Lourival Amaral Banhos (<i>Titular</i>)	Advogado
PSP	Mozart Gomes de Lima (<i>Titular</i>)	Farmacêutico; Dep. Estadual (1963)
	Plácido Aderaldo Castelo (<i>Titular</i>)	Advogado; Jornalista; Dep. Estadual (1963)
PST	Aécio de Borba Vasconcelos (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1963)
	Raimundo Ximenes Neto (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1963)
PDC	Francisco Alves Sobrinho (<i>Titular</i>)	Industrial; Dep. Estadual (1963)

* PRP – Partido de Representação Popular; **PSP – Partido Social Progressista; ***PST – Partido Social Trabalhista; ****PDC – Partido Democrata Cristão.

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza, CE, 29 de outubro de 1965. *Acervo Virgílio Távora*. Fundo: Governador Virgílio Távora, Série: Organização Política Partidária. Subsérie: ARENA. *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE; *Deputados estaduais: 16ª Legislatura (1963-1966)*. Fortaleza, CE: INESP, 1998.

Com o ato fundador, os parlamentares instituíram, em bases legais, a arregimentação de novas forças de apoio à “revolução” e ao projeto de modernização conservadora previsto nos planos da *União pelo Ceará*, esta, considerada pelos próprios, “precursora do processo revolucionário”¹⁴ no território cearense.

Conscientes das restrições determinadas pelo AI-2, principalmente, no que concerne ao exercício da vida político-partidária e à possibilidade de execução de agendas e compromissos assumidos, ainda assim, os deputados consentiram o esfacelamento de suas agremiações. Agiram, nesta medida, afirmando possuírem “a preocupação de proporcionar ao Estado, além da desejada tranquilidade, a implantação dos fundamentos imprescindíveis à grande arrancada para o seu desenvolvimento econômico, para o aperfeiçoamento sociopolítico”.¹⁵ A leniência com AI-2 representava uma provação de “renúncia e

¹⁴ Carta encaminhada ao marechal-Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza, CE, 08 de novembro de 1965. *Acervo Virgílio Távora*. Fundo: Governador Virgílio Távora, Série: Organização Política Partidária. Subsérie: ARENA. *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

¹⁵ *Ibidem*, p. 02.

patriotismo”¹⁶, necessária, naqueles instantes, para a “consolidação do regime democrático”.

17

Fazendo uso das prerrogativas políticas que lhes cabiam naquele instante, os parlamentares destacaram, ainda, que “o Bloco Parlamentar Revolucionário do Ceará [ilegível], não surgiu por qualquer imposição de ordem estranha às [ilegível] regimentais desta Casa, e pois, sem a menor implicação de natureza político-partidária do passado”.¹⁸ Ao ressaltarem tais questões, aqueles homens públicos deixaram claro que ali exerceram suas vontades políticas, que ali agiram orientados pela força de suas convicções.

O passado, para os próprios, passava, envelhecia... O futuro, em contrapartida, nutria expectativas para a constituição de um novo presente, para a definição projetos que “revolucionassem” as estruturas econômicas e políticas na *terra da luz*. Novas bases de apoio ao Estado autoritário estavam estabelecidas.

Ao demarcarem o lugar de fala, afirmaram a amplitude do horizonte partidário que compunha a UPRC, e declararam os seus desprendimentos com as entidades extintas, haja vista o interesse “revolucionário” orientar não somente as suas escolhas, mas, de acordo com os próprios, os “interesses do povo”. A “revolução”, diziam, lhes exigia uma tomada de atitude, e, a tanto, os mesmos estavam dispostos. Diziam-se agir como representantes do povo, porta-vozes de interesses coletivos.

Após o ato fundador da UPRC, os deputados estaduais promoveram um novo encontro, desta vez para formalizarem extensa carta a ser encaminhada ao marechal-Presidente informando seus posicionamentos. Em 08 de novembro daquele ano, os sessenta e três parlamentares destacaram que a posição adotada pelos próprios espelhava-se no homem das armas, no “ilustre cearense”, “incorrupível”, “exemplar”, “democrata”, líder político do bem, à sombra do qual todos se diziam querer ficar.

Ao agirem nesta medida, os parlamentares erguiam imagem mítica de Castelo Branco, o qual tinha o nome exaltado efusivamente. Sua trajetória militar e política serviam aos deputados como exemplo a ser seguido, mirado, idolatrado.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

Os coligados em torno da *União pelo Ceará* transmudavam-se, agora, em União Parlamentar Revolucionária do Ceará, e, assim, reafirmavam os seus compromissos com o Estado que, inegavelmente, sinalizava a sua face autoritária.

O reestabelecimento da suspensão dos direitos políticos e a abertura de nova fase da “operação limpeza”, a determinação de eleição indireta para a presidência da República, o prolongamento do mandato de Castelo Branco, a permissão para que se decretasse o recesso do Congresso Nacional, a extinção dos partidos, dentre outras tantas prerrogativas previstas no AI-2, muito bem demarcavam a identidade do novo regime com o qual os parlamentares cearenses traçavam relações de pertencimento.

Irmanados em torno da UPRC, os homens políticos tiveram de se relacionar, de forma nada amistosa, contudo, com certa dissidência. O grupo de oposição era liderado pelo também deputado estadual Diógenes Nogueira, aquele mesmo que tentara promover a cassação de Virgílio Távora com o apoio dos comandantes do IV Exército e do 10º GO, ainda em 1964.

Da formação da UPRC Diógenes Nogueira não participou, e, desde aquela investida golpista continuou a fazer frente a Virgílio Távora. Principalmente agora, o mesmo concentrou suas forças para combater a ampla e plural base governista na Assembleia Legislativa. Para tanto, contou com o apoio dos deputados *psedistas* Antonio de Melo Arruda, Carlos Mauro Benevides, Dorian Sampaio, João Batista de Aguiar, José Figueiredo Correia, dos *petenistas* Francisco das Chagas Vasconcelos e Themístocles de Castro e Silva, e com o *udenista*, Luciano Campos Magalhães, que então atuava como suplente na casa legislativa.

Como em 1964, as ações do grupo opositor liderado por Diógenes Nogueira continuaram sendo estruturadas nos bastidores do poder. Com o alargamento do campo punitivo promovido pelo Estado autoritário, contudo, as investidas contra Virgílio Távora assumiram, ao longo dos tempos, outros padrões.

O arquirrival do governador cearense aprendeu a fazer melhor uso da imprensa falada e escrita. Sabia ele que interferir na opinião pública poderia gerar a desestabilização do governo e impor certa impopularidade a Virgílio Távora. Para tanto, o mesmo contou com o contributo do polêmico jornalista e deputado estadual Themístocles de Castro e Silva.

Após o episódio envolvendo os comandantes do IV Exército e do 10º GO, acionados por Diógenes Nogueira, no entanto, o coronel Virgílio Távora passou a operar

também de forma diferenciada. Desde então, Sherlock – não o Holmes da literatura de ficção – passou a agir sob seu comando, silenciosamente.

Em 20 de abril de 1965, Sherlock informou a Virgílio Távora o “ataque sórdido do deputado Themístocles de Castro e Silva, subordinado ao título ‘Acabemos com a farsa’, publicado no jornal *Correio do Ceará*”.¹⁹ O mesmo disse a Virgílio não se surpreender com o texto-denúncia, “porque já o sabia, desde uma semana”, e destacou: “não tenho dúvidas, outras insídias virão, sob diversos disfarces. Trata-se, tão somente, de uma trama conspiratória organizada visando a desgastá-lo perante a opinião pública e às forças armadas”.²⁰

Para o informante que agia silenciosamente monitorando os passos dos adversários políticos do governador cearense, a tentativa de desestabilização pretendia promover o general Murilo Borges à “governança” do Estado. Promover instabilidades, era esse o propósito tido em mira pelo grupo opositor, asseverava Sherlock.

Em carta encaminhada a Virgílio Távora, Sherlock destacou que os “membros do conluio impatriótico” eram acompanhados de perto, e que, por isso, o governador não precisava preocupar-se. A respeito das informações, dizia conseguiu-las com políticos do próprio grupo conspirador liderado pelo deputado Diógenes Nogueira.

Por meio de Sherlock, que agia com dupla identidade, enfim, Virgílio Távora monitorou os passos do grupo de oposição, antecipou-se a ele. No dia 08 de novembro, enquanto sua base aliada finalizava o documento fundador da UPRC para logo em seguida encaminhá-lo ao marechal-Presidente Castelo Branco, Diógenes Nogueira, Themístocles de Castro e os demais opositores, articularam a formação de outro bloco parlamentar.

Considerando a extinção dos partidos por força do AI-2, e observando a força política do grupo *virgilista* perante a “revolução”, tais parlamentares se posicionaram. Por telefone Virgílio recebeu informações a respeito da nova trama.

Muito embora fosse pretendido como dissidência, o grupo comandado por Diógenes Nogueira logo mostrou a que veio, e orientou suas ações de modo a promover o alinhamento com a agenda “revolucionária”. Oposição ao governador cearense,

¹⁹ Carta. (De: Sherlock. Para: Virgílio Távora). Fortaleza, CE, 20 de abril de 1965. *Acervo Virgílio Távora*. Fundo: Governador Virgílio Távora, Série: Correspondência Geral. Subsérie: Cartas expedidas e recebidas. *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

²⁰ Idem.

enfileiramento nos quadros do Estado autoritário, era essa a dupla face assumida pelo grupo liderado por Diógenes.

Ao longo de encontro realizado nas dependências da Assembleia Legislativa, o suposto grupo dissidente instituiu o *Bloco Democrático Renovador* (BDR), e então se propôs a propugnar a seguinte agenda:

- a) Consolidação dos ideais revolucionários, dos quais se tornou decidido executor o Exmo. Sr. Presidente da República; b) maior dignificação do Poder Legislativo do Ceará, através de vigilante atuação na defesa dos legítimos interesses da coletividade cearense; c) cooperação patriótica na manutenção do clima de paz e tranquilidade, indispensável ao progresso do Brasil e bem estar de seu povo; d) esforço permanente no sentido de que prevaleça ambiente de rigorosa moralização administrativa em todos os setores da vida pública do Estado. ²¹

As propostas estruturantes do novo bloco ²², em alguns aspectos, assemelhavam-se àquelas sinalizadas no documento fundador da UPRC. Um e outro se aproximavam, essencialmente, quando destacavam os propósitos de legitimação do “projeto revolucionário” iniciado em fins de março de 1964 com a deposição de João Goulart. Ainda, o apoio ao marechal Humberto de Alencar Castelo Branco como “Chefe revolucionário” destacava-se como referencial aglutinador, a alinhá-los à política do Estado autoritário vigente.

Ao tratar acerca dos propósitos de “dignificação do Poder Legislativo”, contudo, o BDR distanciava-se, de forma categórica, da UPRC. Para os parlamentares “democrático-renovadores”, os poderes executivo e legislativo cearense contavam com a presença de “agentes vermelhos”, “maus brasileiros” mantidos sob o manto “farsante” do governo *virgilista*. Para os “renovadores”, nesta medida, era preciso promover a “limpeza” dos espaços políticos cearenses, a fim de que fosse possível identificar “farsantes” travestidos de líderes “revolucionários”. Destacavam, ainda, que a moralização política devia ser promovida de forma incisiva, a fim de que fosse possível acabar com um governo fundado e mantido a partir do diálogo com as esquerdas.

²¹ Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Bloco Democrático Renovador. Fortaleza, CE, 08 de novembro de 1965. *Acervo Virgílio Távora*. Fundo: Governador Virgílio Távora, Série: Organização Política Partidária. Subsérie: ARENA. *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

²² Subescrevem o documento os seguintes deputados: *psedistas*: Antonio de Melo Arruda, Carlos Mauro Benevides, Diógenes Nogueira, Dorian Sampaio, João Batista de Aguiar, José Figueiredo Correia; *petenistas*: Francisco das Chagas Vasconcelos e Themístocles de Castro e Silva; *udenista*: Luciano Campos Magalhães. Para este caso ver: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Bloco Democrático Renovador. Fortaleza, CE, 08 de novembro de 1965, *Op. Cit.*

As posturas vacilantes do governador Virgílio Távora, diziam os parlamentares do BDR, deviam ser perscrutadas, seus aliados investigados, seus projetos de governo revistos... A “farsa” deveria acabar!

Ao tempo em que Diógenes Nogueira articulou o processo fundador do BDR com grupo minoritário de parlamentares em exercício e um suplente convocado, a documentação de apresentação da UPRC foi despachada. Autenticada no cartório Moraes Corrêa, a longa carta de apresentação da nova *União*, dentro em breve, chegaria às mãos do marechal-Presidente Castelo Branco. A mesma seguiu subscrita pela grande maioria dos deputados estaduais, contando, por vezes, com a assinatura do *ibadiano* Aécio de Borba Vasconcelos – líder do governo *virgilista* na Assembleia Legislativa –, e com as de outras tantas lideranças políticas, as quais se disseram representantes de diversas regiões do Estado.

O suposto grupo dissidente, enfim, mais se preocupou em conquistar a preferência no campo “revolucionário”, a demarcar lugar, a dizer sobre os seus propósitos “democráticos” para a legitimação da “revolução”.

Democracia, por sinal, era, ali, manobrada como figura de retórica por um e outro grupo, e, nesta medida, servia como disfarce de orientações políticas que legitimavam o regime autoritário que dissolvia direitos e liberdades, e, exatamente por isso, continuava a cassar, prender, torturar, matar...

Na gramática do Estado autoritário inaugurado com a deposição de João Goulart, e definido sob a liderança de Humberto de Alencar Castelo Branco, é importante enfatizar, o substantivo (democracia) amalgamou expectativas, e, de forma paradoxal, pavimentou o caminho para a consolidação da ditadura.

Diferentemente do Estado que apoiaram e contribuíram para sua legitimação, tanto a *União Parlamentar Revolucionária do Ceará* quanto o *Bloco Democrático Renovador* tiveram vida curta. “Porta-vozes” de uma “democracia” fictícia atuaram ali no interregno entre o apagar e o ascender de luzes, entre a extinção dos partidos políticos em exercício desde 1945 e a criação de novas legendas partidárias, as quais se perpetuariam no longo tempo dos anos autoritários.

Vale frisar, os blocos criados pelos parlamentares cearenses não foram pretendidos como partidos políticos, ainda que os mesmos aspirassem ao exercício do poder, previssem

o apoio popular ²³, e estes se configurassem como primeiro passo para a canalização de forças e a conseguinte criação partidária. Como blocos parlamentares dedicados a apoiar – de formas diferenciadas e com agendas divergentes – o Chefe “revolucionário” e a “revolução”, atuaram como força legitimadora da onda autoritária que orientou os rumos do país naqueles instantes.

UPRC e BDR, por suas características, dissolveram as personalidades de lideranças políticas das antigas entidades partidárias e estabeleceram novos postos de comando. Os poderes de mando foram esmaecidos, os domínios personalistas foram dissolvidos, as autoridades compartilhadas. Também este aspecto do esfacelamento partidário, da recomposição dos campos de poder e da dissolução de antigos privilégios, pareceu pouco afetar aos políticos profissionais cearenses. Apoiar a “revolução”! Parecia ser essa a primeira pauta da agenda política.

Com a extinção dos partidos, a alternativa, então, foi ocupar as arestas do campo restritivo, situar-se à sombra do Estado vigente. Tal postura garantiria a continuidade de carreiras e/ou fortaleceria posições. No plano “revolucionário”, a adequação significou, para muitos, o melhor caminho. A tradição conciliadora, comum às classes políticas conservadoras ao longo da história do Brasil republicano, foi, ali, reafirmada. Conciliar as diversas agendas e os diferenciados matizes ideológicos foi esse um dos desafios... A flexibilidade para a acomodação nos campos de poder, de modo a facilitar a configuração do novo cenário, então, se fez habitual.

Conforme sugere o historiador Rodrigo Patto Sá Motta,

A conciliação e a acomodação fazem parte do repertório de estratégias à disposição dos que disputam os jogos de poder no Brasil – ou seja, elas integram a cultura política do país –, e, como há larga tradição e vários exemplos bem-sucedidos, muitos líderes são incentivados a escolher tal caminho, na esperança de construir projetos políticos estáveis. ²⁴

²³ O historiador francês Serge Berstein, destaca pelo menos quatro “critérios que permitem definir os partidos em relação às outras forças políticas (clubes, clientelas, grupos parlamentares, facções...)”. São eles: a) “*a duração no tempo*, que garante ao partido uma existência mais longa que a vida de seus fundadores”; b) “*a extensão no espaço*, que supõe uma organização hierarquizada e uma rede permanente de relações entre uma estrutura nacional e estruturas locais”; c) “*a aspiração ao exercício de poder*, que necessita de um projeto global que possa convir à nação em seu conjunto”; d) “*enfim, a vontade de buscar apoio da população*, seja recrutando militantes, seja atraindo o voto dos eleitores, condição indispensável para a realização do objetivo anterior”. Para este caso, ver, do autor: Os partidos. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 62-63.

²⁴ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Editora Zahar, 2014, p. 19 (e-book).

As questões apresentadas pelo autor parecem muito bem contemplar as peculiaridades das escolhas dos atores políticos cearenses anteriormente destacados. Esperançosos com o futuro e abertos ao porvir, os mesmos conciliaram-se com o Estado político vigente.

Jogos de poder e o processo fundador do “partido da revolução”

Em 20 de novembro, Castelo Branco assinou o Ato Complementar nº. 4 dispendo sobre a criação de organizações provisórias com atribuições partidárias.²⁵ Com tal fato, novos espaços foram fendidos, enquanto novos horizontes de expectativas passaram a ser mirados.

De acordo com a historiadora Lucia Grinberg,

a) AC-4 trouxe a definição do perfil do novo sistema partidário. O objetivo do governo era impedir a reestruturação dos partidos extintos. Os novos partidos tinham que ser organizados a partir da iniciativa de membros do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores. Isso significava um número de partidos bastante restritos, não se desejando nem um sistema partidário único, nem um multipartidarismo amplo. Ou seja, o Executivo pretendia, de fato, um sistema de apenas dois partidos, um de apoio ao governo e outro de oposição.²⁶

De acordo ainda com a autora, muito embora já existisse uma ordem consensual entre classes políticas e o Estado instituído com a deposição de Goulart, “a nova legislação causou uma certa perplexidade”.²⁷ Tal fato parece não ter sido sentido no Ceará, haja vista a *situação* e a *oposição* existentes serem marcadamente devotadas ao sistema “revolucionário”, como já destacado. Como ressaltamos os parlamentares coligados em torno da UPRC e do BDR divergiam entre si, mas, no plano “revolucionário”, irmanavam-se e pavimentavam caminhos comuns, nutriam expectativas positivas em relação à onda de mudanças que afetava o Brasil.

As redes de consentimento com o regime político que dava sinais de sua face ditatorial eram tecidas de formas diferenciadas, pois protagonizadas por atores com distintas

²⁵ Como uma resultante do jogo de acomodações políticas no quadro do estado vigente, foram criados dois partidos: ARENA e MDB. Para este caso, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2º Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

²⁶ GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório*: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena/1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 62-63.

²⁷ *Ibidem*, p. 63.

trajetórias políticas e partidárias. Apoiar a “revolução” e se situar à sombra dos propósitos “revolucionários” pareciam interessar a muitos. Os comportamentos e atitudes cambiantes dos grupos políticos muito bem sinalizavam tais finalidades.

No cenário nacional, dez dias após a edição do AC-4, “parlamentares subscreviam o Documento Constitutivo da Aliança Renovadora Nacional com o objetivo de ‘apoiar o Governo da Revolução’”.²⁸ A consolidação dos ideais “saneadores e progressistas” que orientavam o Estado autoritário passavam a ser pretendidos pelo novo partido e por não poucos atores políticos.

No Ceará, logo após o ato fundador da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e da formação de sua executiva nacional, o governador Virgílio Távora se reuniu com o marechal-Presidente Castelo Branco e com o deputado federal Paulo Sarasate. Com o propósito de alinhar acordos com vistas à formação de novas bases de apoio à “revolução” no território cearense, o marechal convocou o encontro.

A criação do novo partido, reconfigurava o jogo de relações de poder e impunha novos traçados para a consolidação do Estado autoritário. Também por isso, o encontro interessava ao governador cearense.

Ao longo da reunião, marcada por diálogo franco e amigável, Castelo Branco compartilhou a sua preferência para a composição da comissão cearense da ARENA. Na executiva nacional do “partido do governo” Paulo Sarasate já se encontrava, e, também por isso, o marechal-Presidente considerava ser ele um forte nome para comandar a agremiação *na terra da luz*.

De forma “tímida, amarela, canhestra”²⁹, Virgílio Távora logo reagiu demonstrando certa decepção. De imediato, demonstrando a “franqueza rude de militar”, disse a Castelo Branco que iria “procurar vender a sua idéia aos aliados, pois na ex-UDN não [haveria] restrições a ela”.³⁰

Sentindo-se preterido, o Távora esboçou insatisfação. Pela trajetória política e militar, bem como pelo apoio dedicado à “revolução” e à nomeação do cearense à Presidência, Virgílio acreditava ser merecedor do posto de liderança da ARENA local.

²⁸ Ibidem, p. 67.

²⁹ Para este caso ver: Carta. (De: Paulo Sarasate. Para: Virgílio Távora). Rio de Janeiro, RJ, 15 de dezembro de 1965. *Acervo Virgílio Távora*. Fundo: Governador Virgílio Távora, Série: Organização Política Partidária. Subsérie: ARENA. *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEEC)*, Fortaleza, CE.

³⁰ Idem. Aqui, Paulo Sarasate reproduz a fala do governador Virgílio Távora.

Após o encontro, Castelo Branco, sem compreender muito bem a reação *vacilante* do governador cearense, compartilhou suas más impressões com Paulo Sarasate e com a romancista cearense Rachel de Queiroz.³¹ Havia tempos, a mesma circulava nos salões palacianos, além do que figurava como personalidade intelectual de confiança do marechal-Presidente.

Decepcionado, confuso, e ao mesmo instante preocupado com a formação das bases *arenistas* no território cearense, passados alguns dias, Paulo Sarasate escreveu longa carta a Virgílio Távora. Em papel timbrado, datilografado e com rasuras marcadas a caneta, destacou, em caráter “confidencial”, o seu compromisso com a “revolução” e os seus propósitos políticos, os quais, afirmava, não pretendia posicioná-los como obstáculos para a trajetória do governador cearense. Além do que, asseverava, tinha como real propósito “manter o clima de paz e de progresso” que arejava o cenário político e econômico nacional, e o cearense, em específico.

Ressentido com o clima criado na reunião, o deputado desautorizou Virgílio Távora a submeter o seu nome à apreciação da base aliada do governo. Achava aquilo um constrangimento e uma falta de tato, um posicionamento desnecessário da parte governador cearense.

Agindo com cautela, Paulo Sarasate se posicionou como um bom estrategista político. Muito embora a dissolução das entidades partidárias em atividade desde 1945 fosse uma evidência, considerou oportuno manter boas relações a fim de capitalizar novos acordos e, nesta medida, manter o Ceará como uma “ilha de paz e segurança no Nordeste”. Assim operou, pois conhecedor da importância dos atores políticos coligados em torno da *União pelo Ceará* para a promoção do Estado inaugurado com o golpe contra João Goulart e, naqueles instantes, para a sua segura legitimação. Além do que, era conhecedor do ato “patriótico” da base aliada *virgilista* na formação da UPRC e nos encaminhamentos políticos promovidos pelos parlamentares no interregno entre a extinção e a criação de novas entidades partidárias.

Mantendo discurso dúbio, ora marcado pela aspereza ora nuançado com palavras amigáveis, Paulo Sarasate deixou claro que seus “ressentimentos (...) eram como as rosas de Malherbe e se transforma[vam], como já se transformou (...), em novos propósitos de cooperação e ajuda aos companheiros”.³² Ao final do longo texto datilografado, destacando

³¹ Idem.

³² Carta. (De: Paulo Sarasate. Para: Virgílio Távora). Rio de Janeiro, RJ, 15 de dezembro de 1965. *Op. Cit.* p. 03.

a relação de amizade pretendida, o deputado solicitou que tão logo o governador fizesse a leitura do documento o rasgasse, e, a título de *post-scriptum*, destacou “não terei quaisquer restrições, senão as de ordem moral e intelectual, a qualquer nome que venha a ser apontado para a Presidência da ARENA no Ceará, inclusive se, a um ex-udenista, você oferecer um aliado ou, mesmo, um ex-antagonista”.³³

Após ler a mensagem, Virgílio Távora matutou demoradamente... Havia tempos nutria o propósito de ascender ao Senado. A preferência de Castelo Branco por Paulo Sarasate, contudo, se configurava como um possível obstáculo para a realização de tal feito. Para ele, isso ficava evidente também pela indicação do marechal-Presidente para que o deputado presidisse o diretório local do “partido do governo”.

Também se posicionando como um bom estrategista, o governador resolveu agir. De modo a fazer uso dos campos abertos pelo discurso enunciado em carta, convocou a base coligada a fim de montar a comissão executiva local do “partido revolucionário”. Ainda que “autorizado” pelo deputado, sua atitude negligenciava a preferência do marechal-Presidente. Tal posicionamento lhe traria implicações futuras, principalmente no jogo sucessório de outubro de 1966.³⁴

Em reunião com as principais lideranças políticas do Estado, Virgílio Távora articulou a base do novo partido. A composição da seção local da Aliança Renovadora Nacional, tão logo formalizada, deixaria ver a força da *União pelo Ceará*, e os propósitos políticos do governador no plano “revolucionário”.

Ao longo do encontro, realizado no Palácio do Governo, Virgílio Távora discursou de modo a arrolar os objetivos do novo partido. Destacou que “o desenvolvimento planejado e autossustentado”, bem como o “incentivo à iniciativa privada, como elemento básico do desenvolvimento econômico”, previstos no plano nacional da nova agremiação, equalizavam-se aos propósitos das elites políticas *unidas*. Após breve diálogo, onde se

³³ Idem.

³⁴ Muito embora tenha produzido lista com nomes de possíveis candidatos para o jogo sucessório do executivo estadual previsto para outubro de 1966, Virgílio Távora não conseguiu eleger seu candidato. A palavra do deputado Paulo Sarasate pesou na indicação do jornalista e ex-deputado estadual Plácido Aderaldo Castelo, este amigo do marechal-Presidente. Para o posto de vice-governador, foi escolhido o general Francisco Humberto Ellery, por indicação do IV Exército. De acordo com o historiador Francisco Moreira Ribeiro (*Op. Cit.* 2000), o general Humberto Ellery, no início dos anos 1960, atuou a serviço do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), no Ceará. O militar, ladeado pelo deputado estadual Aécio de Borba Vasconcelos, dentre outros, articulou as bases de apoio político e militar para os preparativos do golpe contra João Goulart em março de 1964 e, posteriormente, para a legitimação do estado autoritário no Ceará.

ouviram falas entusiasmadas, formalizou-se novo acordo de cúpula, e, enfim, a executiva local da ARENA foi definida.

Virgílio Távora ocupou assento imediato, também por força de certo consenso entre os aliados. O mesmo foi ladeado pelos *udenistas* Jorge Gentil Barreira e Adauto Bezerra, pelos *pessedistas* José Waldemar de Alcântara e Franklin Gondim Chaves, e pelo *petebista* Flávio Marcílio. Ao grupo executivo, se somaram outros nomes, os quais podem ser identificados no quadro a seguir.

Quadro 2 – Comissão Executiva Regional – ARENA/ Seção Ceará

Partido	Nome	Trajetória política
UDN	Antonio Fernando Melo	Odontologista; Prefeito de Ibiapina (1959)
	Aquiles Peres Mota	Advogado
	Filemon Fernandes Teles	Agropecuária; Pref. do Crato (1948); Dep. Estadual (1951)
	Francisco Armando Aguiar	—
	Jorge Furtado Leite	Economista; Dep. Federal (1959, 63)
	João Frederico Ferreira Gomes	Téc. Agrícola; Dep. Estadual (1955, 59, 63)
	João Viana de Araújo	Advogado
	Manoel Castro Filho	Advogado; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	Manoel Rodrigues dos Santos	Dep. Estadual (1963)
PSD	Almir Santos Pinto	Médico; Dep. Estadual (1947, 51, 55, 59, 63)
	Francisco Menezes Pimentel	Interventor (1937)
	Julio Gonçalves Rego	Médico; Prefeito de Tauá (1963)
	Raimundo Gomes da Silva	Advogado; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	Vicente Ferrer Augusto Lima	Advogado; Dep. Estadual (1947)
	Wilson Gonçalves	Advogado; Senador (1963)
	Wilson Roriz	Advogado; Dep. Estadual (1955, 59); Dep. Federal (1963)
PTB	Alceu Vieira Coutinho	Agropecuária; Dep. Estadual (1963)
PSP	Plácido Aderaldo Castelo	Advogado; Jornalista; Dep. Constituinte (1935); Prefeito de Fortaleza (1945); Dep. Estadual (1963)
* —	Acilon Gonçalves Pinto	Médico
	Francisco Régis do Monte Barroso	—
	Gal. Francisco Humberto F. Ellery	Militar
	Gervasio Queiroz Marinho	Advogado; Militar
	Gonçalo Claudino Sales	Advogado
	Joaquim Barreto Lima	Téc. em Contabilidade; Comerciante

*A partir dos conjuntos documentais compulsados, não foi possível verificar atuação política profissional dos respectivos personagens antes de seus ingressos na ARENA.

Fontes: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Diretório Regional/ Seção Ceará. *Acervo Virgílio Távora*. Fundo: Governador Virgílio Távora, Série: Organização Política Partidária. Subsérie: ARENA. *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

Longe de se pretender uma composição partidária restrita aos quadros políticos com atuação preferencialmente na capital do Estado, deliberou-se por uma formação de base heterogênea. A nova organização, nesta medida, foi arranjada de forma a agregar forças políticas enraizadas nas diversas regiões do Estado, e com marcante reconhecimento popular. Tal feito garantiria ampla base de apoio ao partido e, por vezes, numa perspectiva de curto e médio prazo, afiançaria a ocupação de cargos eletivos nas diversas esferas do poder. No curso do Estado autoritário, o sufrágio popular aos atores políticos que se candidatariam pela ARENA atestaria o relativo sucesso de tal estratégia.

A composição do quadro executivo regional do “partido do governo” uniu, pelo menos, três *gerações* de atores políticos. A este respeito, vale ressaltar o interventor Menezes Pimentel e Plácido Aderaldo Castelo, os quais iniciaram suas trajetórias políticas ainda nos anos 1930, e se mantiveram à sombra da ditadura Vargas; os diversos atores que ingressaram no campo político profissional no pós-Estado Novo, respaldados pelos valores democráticos então ensejados na longa e nem sempre segura redemocratização; e, por fim, a formação de novos quadros com a inauguração do Estado autoritário de fins de março de 1964.

De formas diferenciadas, tais grupos concentrariam em torno de si velhos e novos modos de operar e fazer política, oferecendo, assim, ossatura para a legitimação social da nova agremiação e do Estado vigente. Os mesmos promoveriam tal feito também reorientando a força de seus colégios eleitorais para respaldar o partido e seus membros coligados.

A formação de um acordo de aceitação do regime existente, enfim, expresso ativamente pelas classes políticas cearenses, permitiu a legitimação da ditadura, e, somado ao apoio popular, expresso por meio de outras linguagens e ações políticas, a ditadura se perpetuaria no tempo.

No ano em que se completa 50 anos do golpe de 31 de março de 1964, em diálogo com o historiador Daniel Aarão Reis, acreditamos que “não há como se libertar da ditadura sem pensar nela”. Pensar criticamente as suas particularidades, “pode constituir a melhor defesa para a democracia, à maneira de um antídoto às tentações autoritárias”. Nesta medida, enfim, consideramos que as relações entre estado autoritário e sociedade devem ser

reordenadas a fim de seja possível o acesso às ambivalências dos comportamentos, às *zonas cinzentas*, às muitas outras histórias e memórias de um passado presente.

Referências bibliográficas

- ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. *Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE, 2006.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. A arte da política no contexto da tradição: as chefias políticas dos coronéis Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra. In: *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.
- GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena/ 1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Editora Zahar, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2º Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- NETO, Lira. *Castelo: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.
- PARENTE, Josênio. O Ceará dos “Coronéis” (1945-1986). In: SOUZA, Simone de. [et. al.]. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; v. 5).
- _____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Zahar Editora, 2014.
- _____; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Zahar Editora, 2014.
- RIBEIRO, Francisco Moreira. *A reação político-conservadora: o caso da União pelo Ceará*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, 2000.